

De: AZEVEDO SETTE ADVOGADOS ASSOCIADOS

P/: SUBSECRETARIA DE OPERAÇÕES DE COMÉRCIO EXTERIOR (SUEXT)

Ref: JOF-1412/2019, PROJETO BRA/18/023

**ANÁLISE DA PRÁTICA INTERNACIONAL RELATIVA À INSERÇÃO DE SERVIÇOS
EM REGIMES ADUANEIROS ESPECIAIS DE INDUSTRIALIZAÇÃO PARA
EXPORTAÇÃO**

**Memorando de pesquisa:
África do Sul**

Sumário

Introdução	2
1. Regras e condições gerais do regime, com indicação da legislação básica	2
2. Modalidades existentes (suspensão, isenção ou restituição de tributos)	3
3. Tributos abrangidos pelo benefício	3
4. Representatividade (%) do valor das exportações amparadas pelo regime em relação às exportações totais	4
5. Conclusão	4
Referências	5

Introdução

A África do Sul encontra-se no grupo de países que adotam os regimes de drawback e assemelhados em relação às mercadorias, mas não aos serviços. São pertinentes ao Projeto o regime de drawback e processamento interno (*inward processing*). Este memorando descreve brevemente os regimes, considerando que não se aplicam a serviços utilizados como insumos ou associados à entrega de bens exportáveis.

No decorrer da pesquisa constatou-se que a legislação sul-africana estipula uma isenção limitada do Imposto sobre Valor Agregado (doravante IVA) no caso de serviços fornecidos diretamente a respeito de bens sob processamento interno cuja propriedade não é transferida ao importador. Tal isenção, denominada “zero-rating”, aplica-se nos termos do artigo 11(2) do *Value-Added Tax Act* (doravante Lei do IVA).

1. Regras e condições gerais do regime, com indicação da legislação básica

A legislação básica do regime de drawback é o *Customs Duty Act 2014* (doravante Lei do Direito de Importação). A legislação básica do regime de processamento interno é o *Customs Control Act 2014* (doravante Lei de Controle Aduaneiro).

O regime de drawback restitui o direito de importação pago em bens elegíveis importados para manufatura de bens exportados ou em substituição a produtos comparáveis que foram utilizados para manufatura de bens exportados, conforme estabelece o artigo 65 da Lei do Direito de Importação. Para tanto exportador deve notificar a autoridade aduaneira previamente à exportação de sua intenção de pleitear o drawback quando da exportação (artigo 65(3)), submeter o pedido correspondente quando da exportação (artigos 68 e 70), dentro de um prazo até três anos do desembaraço aduaneiro (artigo 69).

O regime de processamento interno, segundo o artigo 408 da Lei de Controle Aduaneiro é o procedimento aduaneiro que permite a bens importados serem processados sem despacho para consumo e para os propósitos do processamento serem transportados e

armazenados, e bens serem exportados sob este procedimento como produtos compensatórios aos processados e para os propósitos da exportação serem transportados e armazenados. Duas condições gerais do regime são que: (i) a localidade onde o regime será implementado seja credenciada (artigo 412(c)) e (ii) o imposto de importação suspenso seja objeto de fornecimento de garantia (artigo 412(e)).

2. Modalidades existentes (suspensão, isenção ou restituição de tributos)

O drawback aplica-se na modalidade restituição. Porém, é possível solicitar o drawback tanto em casos de importações realizadas no processamento para exportação como para compensar o uso de insumos que já foram utilizados no processo de processamento para exportações (artigo 65(1)(a)(i) e (ii) da Lei do Direito de Importação).

O processamento interno aplica-se na modalidade suspensão. Nesse sentido, durante o regime, o direito de importação é suspenso (*tax due status*), conforme o artigo 148 da Lei de Controle Aduaneiro.

3. Tributos abrangidos pelo benefício

O drawback abrange o imposto de importação (artigo 62(b) da Lei do Direito de Importação), assim como o regime de processamento interno (artigo 148 da Lei de Controle Aduaneiro).

Ainda sobre o regime de processamento interno, é importante mencionar que a Lei do IVA, no artigo 11(2)(g)(ii), zera a alíquota do tributo (“isenta”) para serviços fornecidos diretamente a respeito de bens temporariamente admitidos a partir de um país de exportação que sejam isentos do imposto de importação por estarem sob admissão temporária para processamento, desde que os bens não se tornem propriedade do importador. Diante dessa disposição, pode-se afirmar existir uma inclusão limitada de insumos-serviços no regime de processamento interno, decorrente da legislação tributária. Nesses casos, o vendedor deve obter e reter as evidências documentais que substanciem o direito à alíquota zero.

Não foi encontrada, em pesquisa à legislação, a definição de “serviços fornecidos diretamente a respeito de bens temporariamente admitidos”. Aparentemente, tais serviços referem-se aos serviços de processamento em si, já que, tendo em vista que a propriedade dos bens não pode ser transmitida ao importador, o trabalho sobre os bens se caracterizaria como um serviço (análogo a uma industrialização por encomenda). Note-se que, nos termos do artigo 1(lii) da Lei do IVA, serviços são definidos como “qualquer coisa feita ou por fazer, incluindo a outorga, transferência, cessão, ou entrega de qualquer direito ou a disponibilização de qualquer facilidade ou instalação, mas excluindo o fornecimento de bens ou dinheiro”. Por outro lado, não foi encontrada especificação do conceito de “diretamente a respeito de”.

Além disso, cabe notar que os serviços de transporte de bens da África do Sul a um país de exportação estão sujeitos à alíquota zero do IVA, segundo o artigo 11(2)(a)(ii) da Lei do IVA. A alíquota zero também se aplica aos serviços auxiliares de transporte, desde que prestados pelo mesmo fornecedor do principal, nos termos do artigo 11(2)(c) da Lei do IVA, bem como aos serviços de seguro e agenciamento do seguro para o transporte, nos termos do artigo 11(2)(d) da Lei do IVA. Finalmente, os serviços de transporte de bens e serviços auxiliares ao transporte fornecidos diretamente em conexão com a exportação estão sujeitos a alíquota zero quando forem fornecidos diretamente a uma pessoa não residente da África do Sul e que não seja contribuinte, a não ser que fornecidos por um agente ou outra pessoa, segundo o disposto no artigo 11(2)(e) da Lei do IVA.

4. Representatividade (%) do valor das exportações amparadas pelo regime em relação às exportações totais

Não foram encontradas informações sobre o percentual das exportações sul-africanas amparadas pelos regimes objeto deste memorando.

5. Conclusão

O regime sul-africano de processamento interno possui uma isenção de IVA limitada a serviços diretamente fornecidos em bens sob processamento cuja propriedade não é transferida ao importador. A hipótese aparenta aproximar-se de uma industrialização por

encomenda, em que o industrializador e beneficiário do regime de processamento, não se torna proprietário do bem a ser processado e exportado. Além disso, a África do Sul exonera do IVA certas operações de transporte e auxiliares relacionadas à exportação de forma geral.

As exonerações empreendidas pela África do Sul são limitadas em relação às exonerações para serviços associados a bens sob regimes aduaneiros voltados à exportação de outros países, tais como na União Europeia e na Arábia Saudita. Ainda que o regime de IVA enseje a compensação ou restituição do imposto pago por exportadores, que é creditável, pode haver uma acumulação estrutural de créditos que prejudica a ideia de neutralidade fiscal.

Por outro lado, cabe ressaltar que a África do Sul possui um sistema de restituição de IVA pelo qual o tributo é reembolsado em até 21 dias da declaração. Ademais, as declarações são mensais para empresas com receita tributável anual superior a 30 milhões de rands (aproximadamente 9,3 milhões de reais em junho de 2020) e bimestrais como regra geral – as exceções, que implicam declarações semestrais ou anuais, são limitadas.¹ Após o período de 21 dias da declaração, incidem juros sobre o montante da devolução. Esse cenário parece mitigar a importância teórica de um regime que evite o acúmulo de créditos por exportadores e, por sua vez, a necessidade de exonerações aos serviços associados a bens exportados.

Referências

ÁFRICA DO SUL, Customs Duty Act 2014, Act to provide for the imposition, assessment, payment and recovery of customs duties on goods imported or exported from the Republic; and for matters incidental thereto, publicado em 10 de julho de 2014, disponível em https://www.gov.za/sites/default/files/gcis_document/201409/37821gon552act30of2014.pdf, acesso em 18 de maio de 2020.

¹ PWC, 2017:120.

ÁFRICA DO SUL, Customs Control Act 2014, Act to provide for customs control of all vessels, aircraft, trains, vehicles, goods and persons entering or leaving the Republic; to facilitate the implementation of certain laws levying taxes on goods and of other legislation applicable to such goods and persons; and for matters incidental thereto, publicado em 23 de julho de 2014, disponível em https://www.gov.za/sites/default/files/gcis_document/201409/37862gon582.pdf, acesso em 20 de maio de 2020.

ÁFRICA DO SUL, Value-Added Tax Act 1991, Act to provide for taxation in respect of the supply of goods and services and the importation of goods; to amend the Transfer Duty Act, 1949, so as to provide for an exemption; to amend the Stamp Duties Act, 1968, so as to provide for an exemption from stamp duty and to discontinue the levying of certain stamp duties; to repeal the Sales Tax Act, 1978; and to provide for matters connected therewith, publicado em 12 de junho de 1991, disponível em https://www.gov.za/sites/default/files/gcis_document/201505/act-89-1991s.pdf, acesso em 20 de maio de 2020.

PWC, Helping You Navigate Africa's VAT Landscape, January 2017, disponível em <https://www.pwc.co.za/en/assets/pdf/vat-in-africa-2017.pdf>, acesso em 25 de junho de 2020.